



JOHN LOCKE



O ESTADO DE NATUREZA

Assim como seu contemporâneo Thomas Hobbes, Locke acreditava que a humanidade possuía um **estado de natureza**. Mas completamente diferente de Hobbes, ele não via o estado de natureza humana como uma guerra de todos contra todos.

Antes, para Locke a liberdade é natural ao homem. E não somente ela, mas também a propriedade, a vida e a busca da felicidade. A propósito, estes direitos que para Locke eram naturais a todos os seres humanos, foram transcritos para a Declaração de Independência dos Estados Unidos.

ESTADO DE NATUREZA:

Direitos naturais

Vida

Liberdade

Propriedade

Felicidade

VALOR DO TRABALHO E LIMITES À PROPRIEDADE PRIVADA

John Locke valorizava muito o trabalho humano, que para ele era uma consequência da liberdade natural do homem. E mais, ele dizia que era através do trabalho que a terra adquiria valor. E essa é, na realidade, a origem da propriedade privada, segundo Locke



Não obstante, ao contrário do que muitos podem imaginar, Locke não conferia um direito irrestrito à liberdade. Um princípio defendido por ele era que a propriedade de um indivíduo não poderia ultrapassar o que ele próprio fosse capaz de usar, e tampouco comprometer a satisfação das necessidades dos outros seres humanos.

Este detalhe em especial é muito importante, pois frequentemente atribui-se a Locke uma contradição em relação a defender o direito da propriedade privada e, ao mesmo tempo, a liberdade natural do homem, numa época em que escravidão de africanos e indígenas se consolidava cada vez nas colônias da América.

O PROBLEMA DA IRRACIONALIDADE

Apesar de possuir uma visão mais otimista do que a de Hobbes, o filósofo John Locke não deixou de procurar uma explicação para o problema da violência e das guerras entre os seres humanos. Mas em vez de atribuir isso a um estado de natureza, Locke coloca a responsabilidade sob os indivíduos irracionais, que são aqueles que são movidos por suas paixões embora sejam de fato racionais.



É em decorrência da irracionalidade que surge o problema do mal na sociedade, e é dever dos indivíduos racionais se organizarem para estabelecer punições para que a paz seja mantida na sociedade. E é neste momento que surge a questão do contrato social em Locke com vistas à formação de um Estado.

O CONTRATO SOCIAL LOCKEANO

Segundo Locke, o Estado surge a partir do acordo entre indivíduos livres que decidem escolher alguém para representá-los. É importante frisar que esta reunião e esta escolha devem ser feitas livremente. O que está implicado nisso não é uma liberdade em oposição à escravidão como praticada nas Américas.

Na realidade, o que Locke quer realçar é a necessidade de decisões que não são feitas sob coerção. Em outras palavras, decisões que são a expressão da vontade livre de indivíduos livres.

Atualmente, alguns intelectuais chamam de Estado Hobbesiano, ou Leviatã, a qualquer espécie de estado autoritário.



E justamente, tendo em vista a manutenção dessa liberdade, o Estado de acordo com Locke é **mínimo, resolve conflitos parcialmente, garante os direitos individuais e defende o direito natural das pessoas (vida, liberdade e propriedade).**



Garantir os direitos individuais



Resolver conflitos imparcialmente



Estado mínimo



O contrato social: defesa do direito natural, tornando-se, assim, cidadãos com garantias de preservação da vida, da liberdade e da propriedade.

O OUTRO LADO DA MOEDA

O mais interessante dessa concepção de Estado de Locke, é que como o governo foi criado por indivíduos livres para que fossem garantidos seus direitos naturais de forma imparcial, caso ele falhe em cumprir essa função, os governados têm todo o direito de destituir quem está no governo para então substituir por outra pessoa ou grupo de pessoas.

Por esse motivo, John Locke é considerado o pai do liberalismo político, e suas ideias estão no espírito da formação dos Estados Unidos da América e da própria declaração de independência das 13 colônias inglesas na sua revolta contra a metrópole britânica.

Outrossim, Locke foi um dos primeiros filósofos a propor que a divisão de poderes em um governo seria muito mais benéfica. Certamente, foi o filósofo francês Montesquieu que levou crédito pela ideia da divisão dos 3 poderes (legislativo, executivo e judiciário).



Declaração de Independência dos Estados Unidos da América

ANOTAÇÕES
